



Prefeitura Municipal do Rio Grande
Secretaria de Município do Meio Ambiente

LICENÇA AMBIENTAL – Autorização Ambiental

Nº: 011/2021

A Secretaria de Município do Meio Ambiente do Rio Grande, criada pela Lei Municipal N° 5.793/2003, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal n° 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal n° 99.274/1990 e conforme habilitação homologada pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), no uso das atribuições conferidas pelas Resoluções CONSEMA N° 372/2018 e Convênio de Delegação de Competência em Ações de Meio Ambiente, conforme Lei Municipal N° 7.966/2015 que disciplina o Licenciamento Ambiental Municipal e com base nos autos do Processo Administrativo N° 042/2019, expede o presente documento de Licença Ambiental que autoriza.

I. DADOS DO EMPREENDEDOR

Nome: Prefeitura Municipal do Rio Grande
CNPJ: 88.566.872/0001-62
Endereço: Largo Eng. João Fernandes Moreira, sem n°
Bairro/CEP: Centro / 96200-015
Município/Estado: Rio Grande / RS

II. DADOS DO EMPREENDIMENTO

Razão Social: Prefeitura Municipal do Rio Grande
CNPJ: 88.566.872/0001-62
Endereço: Avenida Henrique Pancada, no trecho compreendido entre a Rua Acre e a Rua Tobias Barreto – Etapa 03
Bairro/Loteamento: Lagoa
CEP: 96211-330
Município/Estado: Rio Grande / RS
Área total do empreendimento: 13.257,15 m²
Latitude: 32°04'28.19"S
Longitude: 52°13'15.29"O

4



III. DADOS DO LICENCIAMENTO/ATIVIDADE

Atividades:	Revitalização Orla Rua Henrique Pancada - Etapa 3
Potencial Poluidor:	-----
Área útil licenciada:	13.257,15m ²
Vigência:	06/10/2021 a 06/10/2022

V. CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES

1. Condições Gerais:

- 1.1. Esta Autorização Ambiental contempla a execução de medidas para **Revitalização da Orla da Avenida Henrique Pancada - Etapa 3**, no trecho compreendido entre a Rua Acre e a Rua Tobias Barreto, razão social **Prefeitura Municipal do Rio Grande/RS**;
- 1.2. A área de intervenção desta etapa é de 13.257,15 m² e a área de passeio em concreto de 864,26 m² (6,5%), com Taxa de Permeabilidade de 93,5%;
- 1.3. Ao final de todas as etapas da Revitalização, o percentual de impermeabilização total do Projeto, deverá ser limitado a 5% da área total da APP inserida na área verde de domínio público, assim como atendidos todos os requisitos e condições da Resolução CONAMA nº 369/2006 e Plano Diretor;
- 1.4. Esta Autorização não contempla outra atividade, diferente da informada em processo administrativo próprio e que não tenha sido apresentada na documentação entregue à SMMA;
- 1.5. No caso de qualquer alteração no projeto executivo (ampliação de área, inclusão de equipamentos públicos, dentre outras), a SMMA deverá ser previamente consultada;
- 1.6. Quando da contratação de serviços terceirizados passíveis de licenciamento ambiental, a contratante deverá buscar locais/empreendimentos que possuem licença ambiental vigente, cópia dos referidos contratos e das referidas licenças deverão ser entregues à SMMA;
- 1.7. Deverá ser entregue à SMMA, antes do início das obras:
 - 1.7.1. ART de execução do projeto, com comprovante de pagamento;
 - 1.7.2. Documentação da empresa contratada, conforme procedimento licitatório;
- 1.8. Deverá ser entregue a SMMA, antes do término das obras:
 - 1.8.1. Aprovação do Projeto Arquitetônico com os Índices Urbanísticos, incluindo taxa de impermeabilização, considerando Plano Diretor e Resolução CONAMA nº 369/2006, pela PMRG;
- 1.9. A execução do projeto de revitalização da orla deverá respeitar a Área de Preservação Permanente (APP) com a mínima intervenção necessária para revitalização do espaço urbano, a fim de devolver as suas funções socioambientais, conforme Resolução CONAMA nº 369/2006, Lei Municipal nº 6.585/2008 (Plano Diretor Municipal) e nº 6.832/2009 (Plano Diretor

HA



Prefeitura Municipal do Rio Grande

Secretaria de Município do Meio Ambiente

de Arborização Urbana do Município);

1.9.1. Não será permitida a disposição de resíduos sólidos, o depósito de materiais da construção civil, equipamentos, ferramentas, aterro, maquinário, entre outros, no limite com a Orla. Fica proibido o seu aterramento para novos avanços em direção ao canal do Rio Grande;

1.10. A madeira utilizada poderá ser tratada desde que seja impermeabilizada previamente a instalação de estruturas ou equipamentos públicos, a fim de garantir que esteja desprovida de substância que sobre a ação de intempéries possam causar prejuízos à saúde humana, poluição do solo, das águas subterrâneas e superficiais;

1.11. Deverão ser implantadas as melhores tecnologias disponíveis para a execução do projeto, ora autorizado, bem como, adotados procedimentos que evitem ou minimizem a geração de efluentes, resíduos sólidos e emissões atmosféricas;

1.12. Não será permitida qualquer forma de destinação final de águas subterrâneas sem autorização prévia da SMMA. A execução do projeto não poderá intervir no lençol freático;

1.12.1. Em caso de necessidade de rebaixamento de lençol freático, deverá ser apresentado Memorial Descritivo da atividade, a ser analisado pela SMMA, acompanhado de ART e comprovante de pagamento;

1.13. A SMMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e medidas de controle e adequação, bem como suspender ou cancelar um ato administrativo expedido quando ocorrer a violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais, segundo Art. 12 da Lei Municipal nº 7.966/2015.

2. Quanto à flora e a fauna:

2.1. A decapagem do solo deverá ocorrer de forma a preservar a camada mais superficial do solo, a fim de que seja devolvida para recomposição vegetal após as atividades de aterramento e terraplanagem;

2.2. Fica proibida a utilização de fogo e/ou processos químicos para qualquer intervenção na cobertura do solo e/ou vegetação existente;

2.3. Deverá ser apresentado memorial da vegetação da orla, no trecho previsto na **etapa 3**, com planejamento para intervenção, no **prazo máximo de 60 (sessenta) dias, antes do início das atividades** de revitalização, observando o Art. 6º da Lei Estadual nº 9.519/92 (Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul).

2.3.1. Caso seja necessária supressão e/ou outra intervenção, deverá ser requerida prévia autorização ambiental junto à SMMA, e a sua compensação deverá ser efetuada de acordo com os critérios técnicos descritos no Art. 23 da Lei Municipal nº 6.832/2009;

2.4. Deverá ser apresentado novo Projeto Paisagístico, que atenda a Lei Municipal Nº 6832, de 31 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o Plano Diretor de Arborização Urbana do



Prefeitura Municipal do Rio Grande

Secretaria de Município do Meio Ambiente

Município do Rio Grande, no que diz respeito ao inciso I do Art. 7, *utilizar predominantemente espécies nativas regionais em projetos de arborização em áreas públicas e de terrenos privados, **respeitando o percentual mínimo de 70% de espécies nativas**, com vistas a promover a biodiversidade, vedado o plantio de espécies exóticas invasoras*, com ART/RRT e comprovante de quitação, contendo, quantidades, localização e espécies a serem plantadas, com cronograma de execução do plantio de mudas, conforme cronograma da obra.

2.4.1. O responsável deverá seguir a Lei Municipal nº 6.832/2009 – Plano Diretor de Arborização Urbana do Município, quanto aos parâmetros referenciais para arborização em via pública, como método de plantio, escolha de espécies nativas, monitoramento;

2.5. Antes das atividades de intervenção no solo, tais como, decapagem, corte, aterramento e terraplanagem, o responsável técnico pela execução do projeto deverá percorrer a área licenciada para promover a identificação da presença de fauna, seus abrigos, tocas, ninhos, entre outros. Os quais deverão ser afugentados, e/ou resguardados das intervenções na área licenciada, respectivamente;

2.5.1. **A investigação prévia da área licenciada deverá ser registrada antes do início das intervenções no solo, e entregue relatório a SMMA**, indicando a data de início da execução do projeto;

2.5.2. Fica proibida intervenção na área licenciada, se constatada a presença de fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais, de acordo com as Leis Federais nº 5.197/1976 – Lei de Proteção à Fauna e nº 9.605/1998 – Lei de Crimes Ambientais e demais legislações pertinentes;

2.5.3. Havendo necessidade de manejo da fauna, a SMMA deverá ser previamente comunicada, assim como, a autorização ambiental para este fim, quando for o caso, deverá ser requerida.

3. Quanto às emissões sonoras e atmosféricas:

3.1. Os níveis de ruído gerados pela atividade deverão estar de acordo com a NBR nº 10.151/2000 e nº 10.152/2000, da ABNT, conforme determina a Resolução CONAMA nº 01/1990;

3.2. Deverão ser controladas as vibrações mecânicas geradas durante a execução do projeto de revitalização da orla, de modo a não causar incômodos à vizinhança;

3.3. A atividade licenciada deverá ser desenvolvida de forma a evitar a emissão de material particulado e poluentes atmosféricos que interfiram no bem-estar da população, adotando medidas de controle da poluição do ar;

3.4. O responsável técnico deverá solicitar caminhão-pipa sempre que necessário, durante a execução dos serviços nas vias e no local da intervenção, com a finalidade de precipitar o

A



Prefeitura Municipal do Rio Grande

Secretaria de Município do Meio Ambiente

material particulado;

3.5. O empreendedor deverá promover a manutenção periódica e preventiva dos equipamentos, a fim de controlar a emissão de poluentes.

4. Quanto à drenagem pluvial e permeabilidade do solo:

4.1. Não será permitido lançamento de águas pluviais no sistema de esgotamento sanitário;

4.2. Deverá se manter os componentes do sistema de drenagem pluvial limpos e desobstruídos.

4.3. Não será permitida a obstrução das valas de drenagem pluvial existentes no local, ou intervenções neste sistema sem a prévia autorização da SMMA;

4.4. Deverá ser adotada a mínima impermeabilização da superfície. Afim de **garantir ao final de todas as etapas da Revitalização, um percentual de impermeabilização total do Projeto, limitado a 5% da área total da APP inserida na área verde de domínio público, assim como todos os requisitos e condições da Resolução CONAMA nº 369/2006 e Plano Diretor.**

5. Quanto aos resíduos sólidos gerados:

5.1. O projeto deverá ser executado de acordo com a Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado destes resíduos. De acordo com o Art.º 35 do Decreto nº 7.404/2010, deverá ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;

5.2. Os resíduos gerados durante a execução do projeto de revitalização da orla deverão ser segregados, identificados, classificados e acondicionados para armazenagem temporária na área objeto deste licenciamento, observando a NBR nº 10.004/2004, da ABNT, em conformidade com o tipo de resíduo, até posterior destinação final dos mesmos;

5.3. Deve ser mantida uma área específica para o armazenamento de resíduos sólidos recicláveis, devidamente identificada, visando a fomentar a separação dos resíduos por parte dos operários, além de facilitar a correta destinação destes materiais;

5.4. As lâmpadas fluorescentes usadas, quando inutilizadas, deverão ser armazenadas íntegras, embaladas individualmente em papel ou papelão de origem e acondicionadas de forma segura para posterior transporte a empresas que realizem sua descontaminação;

5.5. É proibida a queima, a céu aberto, de resíduos sólidos de qualquer natureza, ressalvadas as situações de emergência sanitária, reconhecidas pelo órgão ambiental competente do Estado, conforme parágrafo 3º do Art. 19 do Decreto Estadual nº 38.356/1998;

11



Prefeitura Municipal do Rio Grande

Secretaria de Município do Meio Ambiente

5.6. Não poderão ser dispostos ou destinados resíduos ou rejeitos em APP, praias, mar ou qualquer corpo hídrico, a céu aberto, *in natura*, ou outras formas vedadas pelo poder público;

5.7. A contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final/disposição de resíduos, não isenta da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos/rejeitos. O gerador, **o transportador e o destinatário final são corresponsáveis e podem sofrer medidas cabíveis pelo poder público caso não garantam a destinação para locais adequados;**

5.7.1. O responsável técnico pela execução do projeto deverá verificar e manter cópia da licença ambiental das empresas para as quais seus resíduos serão encaminhados e atentar para o seu cumprimento, pois, conforme o Art. 9º do Decreto nº 38.356/1998, a responsabilidade pela destinação adequada dos mesmos é da fonte geradora, independente da contratação de terceiros;

5.7.2. No caso das empresas envolvidas na destinação dos resíduos se manterem as mesmas nos períodos seguintes, não será necessária a entrega de nova cópia da licença ambiental, desde que essa permaneça vigente, devendo o empreendedor apenas fazer referência à mesma.

5.7.3. Os resíduos da construção civil gerados deverão ser geridos conforme PGRSCC apresentado na Etapa 1. O PGRSCC deverá ser executado durante as intervenções na orla, conforme ART de execução, devendo ser entregue relatório com os indicativos da destinação dos resíduos, **em regime semestral**, durante a vigência desta autorização.

6. Quanto às instalações provisórias, estradas e vias de acesso:

6.1. O canteiro de obras deverá ser implantado fora do limite da Área de Preservação Permanente (APP), à 30 metros da Orla;

6.2. A água a ser utilizada para a execução do projeto de revitalização da orla deverá ser fornecida pela Companhia Rio Grandense de Saneamento – CORSAN, Unidade de Saneamento de Rio Grande/RS;

6.3. Fica proibido o uso de água subterrânea, o qual somente será permitido mediante apresentação, à SMMA, de Outorga do uso da água, solicitada junto ao Departamento de Recursos Hídricos (DRH), da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA);

6.4. A entrada provisória de energia deverá adotar todos os procedimentos de segurança exigidos pela NR 10 e pela concessionária de energia CEEE;

6.5. Deverá ser disponibilizado banheiro químico durante a execução do projeto. Fica

11



Prefeitura Municipal do Rio Grande

Secretaria de Município do Meio Ambiente

proibida a instalação provisória de esgotamento sanitário;

6.6. Os banheiros químicos deverão ser locados de empresas devidamente licenciadas e o empreendedor deverá apresentar à SMMA, o contrato de locação dos mesmos, acompanhado da Licença Ambiental do contratado;

6.7. Em relação às áreas de vivência do canteiro de obras, o empreendedor deverá obedecer à NBR nº 12.284/1991;

6.8. Toda a área do canteiro de obras deverá estar sinalizada, através de placas, quanto à movimentação de veículos, indicações de perigo, instalações e prevenção de acidentes;

6.9. Os blocos e peças não poderão ser empilhados de forma a congestionar o passeio público e/ou de forma a impedir o acesso dos moradores a suas residências e/ou a orla;

6.10. A limpeza do canteiro de obras deverá ser feita periodicamente, evitando o acúmulo excessivo de entulho no local;

6.11. Não será permitida a colocação de contêineres e/ou similares em calçadas, interrompendo o passeio público;

6.12. O responsável deverá manter os acessos sinalizados e as instalações das obras limpas, organizadas e em bom estado de higiene, especialmente as vias de circulação e passagens, coletando e removendo regularmente as sobras de materiais, entulhos e detritos em geral;

6.13. A execução dos serviços não poderá ser iniciada sem as devidas sinalizações necessárias e as mesmas deverão ser removidas logo após o término das intervenções;

6.14. A desmobilização do canteiro de obras deverá ser acompanhada pelo responsável técnico, visando a garantia de remoção de todas as instalações provisórias.

7. Quanto à movimentação de terra (corte e aterro):

7.1. O material proveniente de corte deverá ser armazenado na área licenciada, afastado da margem da Orla, e reaproveitado sempre que possível. O mesmo não poderá obstruir vias e acessos, nem ser carregado para a laguna;

7.2. Deverá ser mantida a rotatividade de utilização do material depositado, de forma a garantir a segurança e operacionalidade das áreas de intervenção;

7.3. O material mineral utilizado para os serviços de aterro e terraplanagem deverão ser procedentes de jazidas devidamente licenciadas;

7.4. Os resíduos provenientes da movimentação de corte e aterro devem ser descartados



em locais predefinidos e devidamente licenciados;

7.5. Não será permitido aterro com lixo, material contaminado por produtos químicos ou biológicos (vetores e microvetores);

7.6. Deverão ser utilizados métodos de escavação que evitem ocorrência de perturbações oriundas do deslocamento de terra, em especial nas regiões próximas prédios, edifícios, vias públicas ou servidões prediais;

7.7. Nos locais a serem aterrados onde existam estruturas subterrâneas, deverá ser dada atenção especial à escolha do método e da energia de compactação.

8. Quanto à segurança e aos riscos operacionais:

8.1. O empreendedor deverá atender as exigências da portaria do MTB Nº 3.214/1978 que aprova as Normas Regulamentadoras - NR's - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas a Segurança e Medicina no Trabalho, principalmente no que tange:

8.1.1. NR 6 - Equipamentos de Proteção Individual – EPI;

8.1.2. NR 26 - Sinalização de Segurança;

8.1.3. NR 29 – Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho Portuário;

8.1.4. NR 30 - Segurança e Saúde no Trabalho Aquaviário;

8.1.5. Primeiros Socorros.

8.2. Deverá ser prevista a implantação de equipamentos de segurança em todas as instalações que ofereçam riscos, em conformidade com as normas vigentes;

8.3. O empreendedor deverá realizar periodicamente manutenção e reparo nos trapiches, bem como providenciar sinalização nos mesmos;

8.4. As NR 29 e 30 são indicadas devido a possibilidade de embarcações ancorarem no local para carga e descarga de materiais;

8.5. Deverá ser prevista a implantação de equipamentos de segurança em todas as instalações que ofereçam riscos, em conformidade com as normas vigentes.

VI. OBSERVAÇÕES:

I. Esta Autorização perderá sua validade caso alguma das condições ou restrições acima estabelecidas seja descumprida;

II. Esta Autorização não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais;

III. Esta Autorização só é válida para as condições contidas acima até a data de validade do

[Handwritten signature]



Prefeitura Municipal do Rio Grande
Secretaria de Município do Meio Ambiente

documento ambiental;

- IV. A violação das condições impostas na presente Autorização acarretará na incidência das sanções administrativas, civis e penais cabíveis à espécie;
- V. A critério da SMMA poderá ser exigida documentação complementar;
- VI. Qualquer alteração significativa na atividade deverá ser informada a esta Secretaria. Caso haja mudança significativa na atividade, descumprimento de alguma restrição contida acima ou mudanças na legislação ambiental ora em vigor, este documento poderá ser revisado e revogado por esta Secretaria;
- VII. A presente Autorização é emitida com base na legislação vigente e pareceres técnicos dos integrantes da equipe técnica multidisciplinar da Unidade de Licenciamento e Fiscalização Ambiental da SMMA, constantes no referido processo de licenciamento ambiental;
- VIII. Esta Autorização deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização;
- IX. Anuência aos Termos do presente documento:

_____.

Rio Grande, 06 de outubro de 2021.

Pedro Friedrich Fruet
Secretário de Município do Meio Ambiente
Prefeitura Municipal do Rio Grande

